

---

## Despolitização sobre um problema político: análise de conteúdo do @direitaoficial quanto ao aborto legal<sup>1</sup>

Laianna Maiara Januário Alves<sup>2</sup>

Caroline Delevati Colpo<sup>3</sup>

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### Resumo

O objetivo do artigo é realizar uma análise de conteúdo sobre a temática do aborto no perfil de Instagram @direitaoficial no mês de agosto de 2020. No citado mês, uma menina de 10 anos teve, com aprovação judicial, sua gravidez interrompida e o procedimento teve grandes repercussões em vários espaços da vida nacional. A fundamentação do texto se baseia nas temáticas de redes sociais, ciberativismo, avanço do conservadorismo nacional e a despolitização. A principal contribuição científica deste artigo é a construção da análise de discursos que possuem perspectivas conservadoras, veiculadas no meio digital. Apesar desse trabalho considerar o ativismo digital de direita como um exemplo de ciberativismo, a análise aponta para a despolitização dessa prática. Isso acontece porque a produção de conteúdo do @direitaoficial não discute o problema nas postagens, tampouco, considera as pessoas como sujeitos políticos de sua realidade.

**Palavras-chave:** Análise de conteúdo; aborto legal; ciberativismo; conservadorismo; despolitização

### Introdução

O objetivo do artigo é realizar uma análise de conteúdo das postagens do perfil de Instagram @direitaoficial, no mês de agosto de 2020. Será analisado catorze publicações que versaram sobre a temática de aborto. Nesse período estipulado, houve o caso de uma menina de 10 anos que teve sua gravidez, fruto de um estupro, interrompida na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco. O caso tomou repercussões em vários espaços da vida nacional, incluindo que a *influencer*, assumidamente de direita, Sara Winter divulgou o nome da menina e a localização de onde seria realizado o procedimento médico, contrariando a legislação vigente. A escolha do usuário @direitaoficial deu-se pelo fato de, após uma pesquisa exploratória, ter sido esse o perfil que produziu mais conteúdo sobre o caso mencionado.

Atualmente, pode-se inferir que há um fenômeno de crescimento mundial do campo da direita, perceptível na ascensão de governos com ideias políticas conservadoras

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da UFPB, e-mail: laiannamaiara@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da UFPB, e-mail: carolinecolpo@gmail.com

---

e que têm reflexos da (e na) sociedade atual, assim como a percepção do aumento no volume de pesquisas acadêmicas nos últimos anos sobre este fenômeno. Da mesma forma, também é inegável os avanços tecnológicos dos sites de redes sociais e seus impactos sociais e políticos, inclusive se relacionando diretamente (como causa e consequência, pela retro-alimentação) ao avanço da direita.

No entanto, ainda é incipiente os estudos sobre esta relação direta, uma vez que a maior parte dos trabalhos analisam o uso ciberativista das redes sociais digitais como forma de propagação de ideias progressistas, não considerando também o conteúdo conservador ciberativista. Esse artigo, portanto, levanta e categoriza o conteúdo sobre um caso específico de grande mobilização nacional e aponta que mesmo o compartilhamento de ideias de direita sendo exemplos de produções ciberativistas, no entanto, a discussão de tais problemas sociais, não politiza o público consumidor, uma vez que não vai na raiz do problema nem, tampouco, os considera sujeito político da sua realidade. Não é por abordar política portanto que a discussão politiza. Pelo contrário, há uma despolitização no debate.

### **Materiais e métodos**

Estudada por Laurence Bardin (1988), a Análise de Conteúdo (AC) é uma técnica de análise de dados qualitativos muito utilizada nas ciências humanas e sociais. Em ampla concepção, ela se refere a um método para essas ciências destinado a investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. Para Bardin (2011, p. 26), a grande “evolução” desse método, nos últimos anos, diz respeito a superação da ênfase no aspecto quantitativo, pois algumas pesquisas “confundiam objetividade e cientificidade com a minúcia da análise de frequências”. Ou seja, a “análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com o alcance descritivo, antes se tornando consciência de que sua função ou seu objetivo é a inferência” (BARDIN, 2011, p. 27).

De acordo com a autora, essa técnica se divide em três etapas básicas: a etapa de organização de tudo o que será analisado, a decodificação e, por fim, a etapa de categorização. A partir de uma leitura flutuante do material, foi escolhido analisar todas as publicações que versassem sobre o tema de aborto no perfil de Instagram “@direitaoficial”. O corpus da pesquisa foi construído na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, por abordar todas as publicações do

mesmo tema que foi tão debatido nacionalmente no período estipulado de agosto de 2020, por conta da grande repercussão midiática.

A análise teve por objetivo inferir qual a mensagem das postagens. Assim, foram escolhidas as palavras “aborto”, “estupro”, “pedofilia”, “morte”, “vida”, “nascimento”, “bebê” e “criança” como unidades de registro para codificação (considerando também variações numéricas e derivações verbais de tais palavras). A partir de então, é que pode ser feita a enumeração da presença ou ausência de tais unidades, interpretando sempre a unidade de contexto.

Por fim, na categorização é realizado a união das unidades de registros para compreensão da análise do conteúdo. As palavras “aborto”, “estupro”, “pedofilia” e “morte” foram unificadas na categoria “punitivista” e as palavras “vida”, “nascimento”, “bebê” e “criança” na categoria “pela vida”. Toda a coleta de dados e análise foi feita a partir da comunicação ciberativista (ou ativismo digital), aquela que objetiva trocar informações e articular movimentos entre pessoas e organizações do mesmo campo de atuação, afim de promoverem pressões mais amplas, seja no governo ou na sociedade civil (CASTELLS, 2014, p. 199).

### A defesa ciberativista

Para Araujo et al. (2012), o ciberativismo é um fenômeno social intrínseco ao próprio desenvolvimento da internet e sintetiza quatro fases que possibilitam perceber tal união:

- **Surgimento:** No espaço de elaboração da internet, o ciberativismo surge como forma de disputa tecnossocial, tencionando a internet a evoluir para uma tecnologia não proprietária.
- **Pré-web:** Momento inicial da internet, quando representava apenas um ambiente comunicativo baseado em troca de mensagens de texto. Redes como a PeaceNet são usadas como forma mais eficiente de comunicação entre ativistas distribuídos pelo mundo.
- **Popularização da web:** Representa o início e expansão da primeira web. É neste momento que surgem os primeiros sites de apoio a causas ativistas, protestos organizados pela rede, coberturas alternativas e as primeiras ações práticas de Desobediência Civil Eletrônica. Começam a surgir as primeiras ações de hacktivismo, porém ainda eram escassas as plataformas de ação a distância.
- **Web 2.0:** Com a tendência do surgimento de novas ferramentas que ampliação do caráter interativo da web, o ciberativismo se apropria de blogs e sítios de mídias sociais. Tecnologias móveis facilitam as formas de organização de movimentos através da rede. Porém, ao mesmo tempo, estas ações são imersas em mais mecanismos de controle, que podem ser suplantados por tecnologias do anonimato (ARAUJO *et al.*, 2012, p. 181-182).

---

Dessa forma, o ciberativismo não é advindo do desenvolvimento e popularização dos sites de redes sociais. Ao contrário, ele

já se desenvolvia em um meio ainda menos consolidado comercialmente e com maior espaço para conexões menos automáticas como as de nossa era regida pelas plataformas de rede social de fundo algorítmico. Naquela época, havia uma profusão de perfis *online*, o uso de pseudônimos era recorrente, e o ambiente aparentemente anárquico contribuía para dificultar a formação de polarizações visíveis e massivas (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 949-950).

Sobre os sítios de mídias sociais, utiliza-se neste trabalho a nomenclatura "sites de redes sociais" que, se apoiando na definição de Recuero (2009), são sistemas que possuem mecanismos de individualização (por meio da personalização e construção do eu), mostram a exposição pública da rede social de cada ator e possibilitam, entre outras funções, as suas interações nesses sistemas (quase sempre através de comentários). Apesar do perfil @direitaoficial não construir a figura de um "eu", de uma *persona* virtual, é construída de toda forma a ideia de pensamento do administrador e, de maneira macro, o perfil está inserido na plataforma *Instagram* que possui todas as características de sites de redes sociais definidas por Recuero (2009).

O ciberativismo defendido aqui vai além do conceito defendido por Castells (2014), que aponta para a "necessidade" de ser um movimento contra-hegemônico e, logo, ter tendências anticapitalistas, "libertárias" e progressistas, ou seja, de *esquerda*. Até a publicação brasileira de *Redes de Indignação e Esperança*, obra clássica do autor e dos movimentos ciberativistas, a *esquerda* era o campo político que mais se articulava e mobilizava.

Os grupos de esquerda foram os primeiros que conseguiram fazer uso da rede com maior impacto na opinião pública, como atesta a mobilização internacional em torno do movimento zapatista (1998), em que a figura do herói anônimo mascarado chamado de subcomandante Marcos se disseminou mundialmente apoiada em grupos de jovens de esquerda. A revolução popular surgida na província mexicana de Chiapas alcançava a mídia pela mobilização de hackers, movimentos sociais, partidos de esquerda e grupos autonomistas. Eles consideravam Chiapas uma nova expressão de uma organização social de base agrária, indígena, que dava nova cara a um socialismo humano no contexto da então chamada Nova Ordem Mundial. (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 948).

No estudo sobre ativismo digital, o trabalho de Ruskowski et. al (2020) realiza uma revisão da literatura brasileira de 2010 a 2017 sobre as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) focando no ativismo virtual e os movimentos sociais. Ele

---

aponta uma tendência de apenas estudá-lo no campo da comunicação (e não também na ciência política ou sociologia) e sempre com um teor de novidade.

Analisar a literatura a partir do foco proposto – sua relação com o conhecimento construído pelo campo de estudos de movimentos sociais – é particularmente importante para problematizar duas tendências negativas dos estudos dos processos de organização e mobilização social contestatória no país, as quais tendem a obstaculizar o acúmulo e o avanço do conhecimento. De um lado, observa-se uma agenda de pesquisa fortemente orientada pela conjuntura, com baixa capacidade de construção de problemas e hipóteses de pesquisa que se mantenham por períodos mais extensos. De outro lado, observa-se uma constante busca da “novidade” (Perruso, 2009), exemplificada na difusão da recente nomenclatura de “novíssimos movimentos sociais”, que enfatiza mudanças ao mesmo tempo que tende a desconsiderar continuidades em relação a mecanismos recorrentes na (re)produção das ações coletivas contestatórias (Ruskowski et. al, 2020, p. 46)

Esse artigo segue a tendência de estudar um caso novo e na área da comunicação, mas acrescenta ao debate a defesa e engajamento de ideias conservadoras no ciberespaço como uma prática ciberativista. O termo “conservador” é usado para se referir a uma posição política que visa a manutenção do sistema político vigente e de seus modos de funcionamento, sendo diretamente uma contraparte das forças inovadoras (Bonazzi, 1993, p. 242). Concordando com Reis, Zanetti e Frizzera (2020, p. 39), o surgimento do conservadorismo advém como “resposta às teorias progressistas do século XVIII, que reivindicavam para o homem uma possibilidade de autodeterminação e imanência”.

Com o desenvolvimento do ciberativismo e o avanço do conservadorismo, a união de ambas ascensões também foi percebida nos sites (de redes sociais ou não). Reis, Zanetti e Frizzera apontam que:

O fenômeno das webcelebridades e dos influenciadores digitais - novos “formadores de opinião” que se forjam nas redes digitais junto a públicos específicos a partir de determinados tipos de capital social - deixou de ser restrita ao entretenimento e descolado da esfera política, chamando atenção para o papel dos algoritmos nesse processo, que tendem a impulsionar conteúdos produzidos em consonância com seus critérios de monetização (Reis, Zanetti e Frizzera, 2020, p. 41 e 42)

Como exemplo desses formadores de opinião, Machado e Miskolci (2019, p. 949) trazem Olavo de Carvalho (auto intitulado filósofo e professor) que é inspirador das principais lideranças dos grupos de direita na rede do Brasil, como *MBL* e *Vem Pra Rua*, além de ter sido guru ideológico do governo Bolsonaro nos dois primeiros anos de gestão. Na segunda década dos anos 2000, Olavo começou a despontar com seu *site* publicando

textos defendendo teses conservadoras, articulando e ressignificando, especificamente para o público brasileiro, a obra de pensadores de direita. Ainda de acordo com Machado e Miskolci (2019, p. 949) "Carvalho dava um verniz de suposto fundo filosófico a suas ideias políticas, atraindo um grande número de seguidores, em especial jovens brancos de classe média e alta".

Em 2002, Olavo cria a sua própria rede de informação alternativa, o "Mídia sem Máscara (MSM)", engajando uma rede de colaboradores para apresentar suas visões dos fatos, fazendo frente aos meios de comunicação de esquerda (PATSCHIKI, 2012). Além disso, como aponta Machado e Miskolci (2019, p. 949) o novo site MSM "viria a se tornar epicentro para a tradução de análises políticas de pensadores conservadores da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos".

Nas palavras de Capêda (2018, p. 52), "o termo nova [direita] exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política", e não necessariamente uma novidade. O avanço da direita segue centrando esforços em individualizar problemas sociais.

### **A despolitização**

A socióloga Sabrina Fernandes estudou o processo de despolitização brasileiro que, segundo ela (2017), se ascendeu a partir de 2013 com as Jornadas de Junho convocadas nos sites de redes sociais para ocupar as ruas. Para entender a despolitização, no entanto, é necessário antes compreender o que é politização. De acordo com a pesquisadora:

Politizar significa, no sentido mais amplo, criar consciência da arena política e seus conceitos (por exemplo, classe, opressão, exploração, antagonismo, conflito social, etc.), que é a capacidade técnica de todos os campos ideológicos. [...] Considerando que existem intelectuais e pessoas politizadas na esquerda e na direita, os intelectuais e organizações de direita "politizam" as multidões com despolitização. Isso é feito para reafirmar a hegemonia, o status quo e o bom senso que mantém a ordem das coisas a favor do capitalismo e seus modelos ideológicos complementares como o conservadorismo e o neoliberalismo. (FERNANDES, 2017, pp. 4 e 5 - tradução do autor).

Ou seja, para Fernandes, discutir temas sociais e políticos em qualquer ambiente, não necessariamente é politização com reflexão profunda dos problemas que estão sendo levantados. As diferenças ideológicas acabam sendo determinantes se algo politiza ou despolitiza. Nas palavras de Fernandes:

---

Repolitizar ou politizar de novo, entretanto, é uma questão muito mais complicada e se relaciona aos processos dialéticos entre a consciência e a prática do sujeito coletivo em relação às estruturas e superestruturas que dependem e governam o status quo. Respostas baseadas simplesmente na promoção ou restauração da democracia, por exemplo, [...] em um contexto onde artefatos democráticos foram manipulados para tirar os direitos democráticos e demonstrar que a esquerda é vulnerável à despolitização, mesmo quando isso significa fazer o contrário. (FERNANDES, ano, p. 18 - tradução do autor).

A despolitização é uma forma de atuação da pós-política que despreza o antagonismo ao propor que as questões políticas deveriam ser gerenciadas ao invés de disputadas. Na prática, a discussão da pós-política é atribuída a uma suposta imparcialidade (nem direita, nem esquerda) e que deveria se ater aos tecnocratas e especialistas esclarecidos, se disfarçando assim como pós-ideológica, neutra, técnica e ética. Apesar de tais disfarces, praticamente positivistas, já serem superados na academia, eles ainda não foram superados no senso comum e, portanto, nos sites de redes sociais.

A manutenção do disfarce tecnocrata faz parte do projeto político conservador existente. Além disso, a pós-política rejeita a radicalidade da esquerda de expor as relações antagônicas na sociedade em benefício da conscientização de classe, raça ou gênero, no caso analisado neste trabalho. As tentativas de politização da esquerda, nas palavras de Fernandes:

são vistas como divisoras, injustas e promotoras da intolerância ao lançar os pobres contra os ricos, os negros contra os brancos, e assim por diante; isto é, as necessidades legítimas da esquerda de expor o antagonismo são lidas como uma criação artificial de antagonismo onde deveria haver apenas consenso (FERNANDES, 2017, p. 155-156 - tradução do autor).

Com o avanço da direita, ou seja, o avanço do conservadorismo do *status quo*, o debate político vem se pessoalizando. Ademais, as pautas mais discutidas se voltam para questões – que são políticas - do ambiente privado como a família, sexualidade e direito ao corpo, a exemplo de uma suposta “ideologia de gênero” que surge na insistência de destruir todas as conquistas sociais já garantidas.

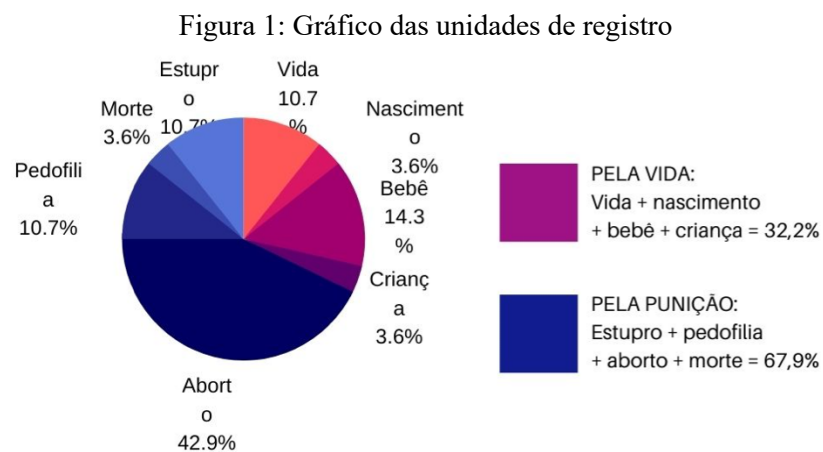
Desse modo, esse trabalho levanta e categoriza o material ciberativista conservador do *status quo*, logo "de direita" - como se nomeia o próprio perfil de análise em questão. A produção de conteúdo analisada diz respeito a um caso, que gerou mobilização nacional, mas que se trata especificamente de uma temática privada, na qual a escolha individual estaria acobertada por lei: o aborto em caso de estupro e risco de morte para a

mãe. O questionamento e pessoalização deste debate já travado há décadas aponta para uma constante manutenção da disputa política.

### Conteúdo para análise

Para a compreensão do conteúdo a ser analisado, primeiro foi realizada a contagem das palavras “aborto”, “estupro”, “pedofilia”, “morte”, “vida”, “nascimento”, “bebê” e “criança”, escolhidas como unidade de registro para codificação (considerando também variações numéricas e derivações verbais de tais palavras). Com a enumeração, todas as palavras foram contabilizadas sem nenhuma ausência, sendo a unidade de registro "aborto" a que mais se repetiu, por doze vezes. Já "morte", "nascimento" e "criança" foram as palavras com apenas uma única ocorrência. "Estupro", "pedofilia" e "vida" aparecem três vezes cada. E a palavra "bebê" é vista quatro vezes.

A fim de entender e categorizar o contexto no qual as unidades de registros estavam inseridas, as oito palavras foram divididas em dois conjuntos com características aglutinadoras de chaves-analíticas (figura 1): o primeiro, com as palavras “aborto”, “estupro”, “pedofilia” e “morte” na categoria *pela punição* e “vida”, “nascimento”, “bebê” e “criança” em *pela vida*.



Fonte: autoral

O tema 'aborto', por mais que seja ampla e cientificamente debatido como questão de saúde pública, não está na agenda da política do atual governo federal. Ainda assim, conforme apresentado no gráfico acima, essa palavra foi a mais mencionada, revelando que a discussão sobre "pró-vida" fala muito mais do tema 'morte', do que da 'vida'. Nas palavras de Lara, Bruna et al:

O termo pró vida surgiu do movimento norte-americano *pro-life*, que desde 1960 se organiza para mobilizar a opinião pública contra o



aborto. O termo passa a ser utilizado a partir da judicialização da discussão sobre aborto, que foi se distanciando dos argumentos religiosos. Assim, a defesa de que o feto teria "alma" foi aos poucos sendo substituída pela ideia de que teria direito - por vezes, ainda ancorado em uma perspectiva metafísica - à vida. (LARA, Bruna et al., 2018, p. 141 - grafia das autoras)

Lara, Bruna et al. (2018, p. 141) ainda acrescenta a sagacidade do termo, pois ao se declarar pró-vida, cria-se uma relação direta de que "quem não compartilha da mesma visão é 'anti-vida'." Não importa se o entendimento sobre a vida, quando se trata do feto, é passível de questionamentos, ao passo que a vida da mãe é, inquestionavelmente, uma vida (que no caso específico analisado neste trabalho, ainda passava por risco de morte).

Para Thomson (1971), traduzido por Campos (2012) qualquer escolha sobre o momento específico em que o feto passa a ser uma pessoa, é uma escolha arbitrária:

Conclui-se que o feto é, ou que devemos dizer que é, uma pessoa desde o momento da concepção. Mas essa conclusão não tem cabimento. Coisas semelhantes podem ser ditas sobre a transformação de nozes em carvalhos, mas não faz sentido dizer que nozes são carvalhos, ou que devemos dizer que são. Argumentos desse tipo são chamados às vezes de 'argumentos de derrapagem [ou bola de neve]' (CAMPOS, 2012, p. 145)

De volta a análise de conteúdo, cinco das catorze publicações analisadas, utilizam palavras das duas categorias em uma só postagem, gerando na unidade de contexto um amplo sentido semântico de estar "em defesa da vida" como também "em busca de punição" da ação e visão contrária. Isso pode ser percebido nos dois exemplos em seguida:

Figura 2:



Fonte: Instagram @direitaoficial

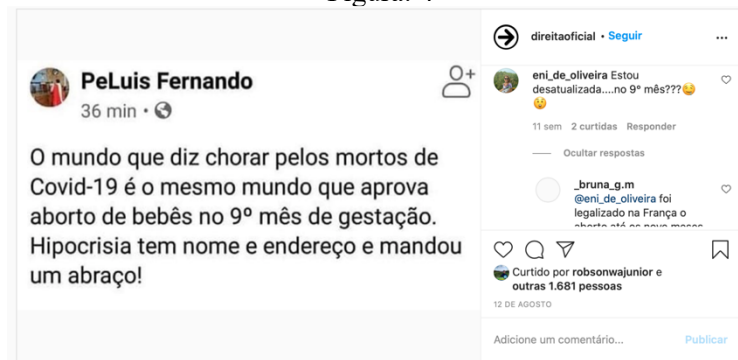
Figura 3:



Fonte: Instagram @direitaoficial

Outras três publicações (exemplificada com a figura 4), também, utilizaram palavras das categorias opostas. Entretanto, elas apresentaram a partir da construção de comparações, tanto sobre a defesa da vida quanto a respeito das punições.

Figura: 4



Fonte: Instagram @direitaoficial

O recurso e construção de relações incongruentes ao comparar violações, proteções e contextos totalmente diferentes, esvazia a discussão do caso na raiz do seu problema. Segundo Geddes (2003), os estudos comparativos que utilizam amostragens que impossibilitam a generalização das comparações, acarretam em inferências causais errôneas. E comparação incongruente de diferentes violências também foi utilizada em mais quatro outras postagens (ver figura 5 como exemplo).

Figura 5:



Fonte: Instagram @direitaoficial

Por fim, apenas duas publicações não apresentaram nenhuma palavra escolhida como unidade de registro. Uma delas (figura 6) mantinha o mesmo o sentido da defesa *pela vida* apresentado anteriormente.

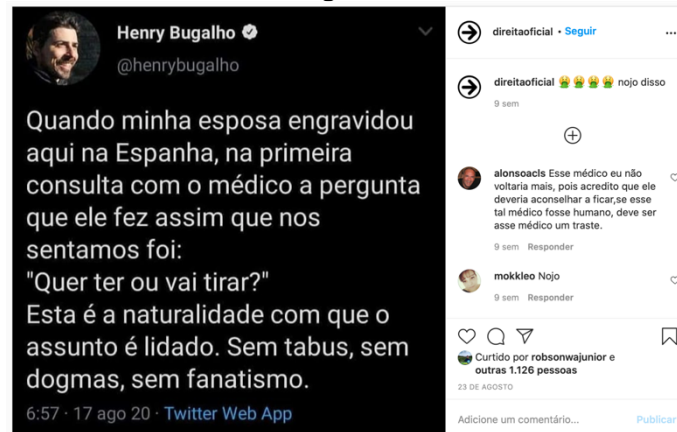
Figura 6:



Fonte: Instagram @direitaoficial

Já a outra publicação (figura 7) era o compartilhamento de uma posição contrária a página, em tom de denúncia percebido pela legenda - recurso poucas vezes utilizado pela página @direitaoficial na amostragem: "nojo disso".

Figura 7:



Fonte: Instagram @direitaoficial

### Discussão e análises

A partir da análise de conteúdo é percebido um, possível esvaziamento da discussão de um problema social e político, como o estupro de vulnerável e aborto infantil. Apesar de considerar o conteúdo analisado como um exemplo de ativismo digital, ao se observar o debate, percebe-se a manutenção do *status quo* da discussão, sem grandes aprofundamentos, o que na verdade, se caracteriza como despolitização dos fatos abordados.

O conservadorismo visa o mantimento do *status quo* (BONAZZI, 1993), ao despolitizar as pessoas - que são sujeitos políticos da realidade em que vivem - de uma organização e mobilização que viria com a politização da esquerda (FERNANDES, 2017, p. 5). Já os pensamentos progressistas, em teoria, defendem diretamente o avanço da conjuntura alinhando ideias e práticas, ou práxis (FERNANDES, 2017, pp. 37-38). Ou seja, a esquerda também deixa de politizar quando faz concessões conservadoras, mantendo o *status quo* e praticando assim a despolitização.

É possível desvelar que a despolitização é possui características como a adoção de premissas falsas que levam à conclusões igualmente falsas; a adoção de critérios do senso comum como imperativo decisório ou como norma científica; e a produção e disseminação de desinformação e *fake news*, falseando o verdadeiro dilema em questão;

Este é o raciocínio por trás das afirmações de que não há violência de gênero e ausência do Estado em um caso de estupro de vulnerável. A responsabilização do crime - quando não culpabiliza a vítima - na "mais justa" das acusações, muitas vezes recai para o agente da ação do estupro. A ele é desejada a pena mais severa para que sirva de exemplo, em uma lógica punitivista e esvaziada de um problema social maior, a cultura

do estupro. Mas até com esse desejo de vingança, pela frequência de aparição das unidades de registro e seu sentido nas unidades de contexto das publicações do @direitaoficial analisadas neste artigo, não é mobilizada e nem repercutida uma discussão sobre o crime em si na mesma intensidade que o debate sobre aborto ocorre.

### **Considerações finais**

A partir de um levantamento de todos as publicações o perfil de Instagram @direitaoficial sobre a temática de aborto, no mês de agosto de 2020, foi construído uma análise de conteúdo com unidades de registro, aglutinadas em categorias macro que demonstram grande apelo emocional e juízo de valor em defesa da vida, mas primordialmente, da punição. Neste mês analisado, uma menina de 10 anos teve sua gravidez interrompida e o procedimento tomou repercussões em vários espaços da vida nacional.

No artigo, é considerada a necessidade de uma ampliação do conceito de ciberativismo, contemplando também grupos da direita política e, possibilitando assim, um referencial teórico comum para análise ao considerar que o ativismo digital também pode fazer uma defesa conservadora.

O presente trabalho infere que a produção de conteúdo do @direitaoficial não vai na raiz do problema. No debate travado no perfil em questão, não é mobilizada e nem repercutida uma discussão sobre o crime em si na mesma intensidade que o debate sobre aborto ocorre. Dessa forma, é construída uma despolitização sobre o estupro de vulnerável, a violência de gênero e ausência da proteção do Estado.

### **Referências bibliográficas**

ARAUJO, Willian F.; FREITAS, Ernani; C.; MONTARDO, Sandra. P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). **Processos culturais e suas manifestações**. 1 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2012, v. 1, p. 163-190. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/6019aa37-19ba-4451-98b4-c86c7dadadc9/Processos%20Culturais%20e%20suas%20Manifestações.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo. 70 ed. 2011.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto et al, (orgs). **Dicionário de Política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1993.

---

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** Zahar, 2014.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/34801/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Crisis of Praxis: depoliticization and leftist fragmentation in brazil.** 2017. 389 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociology, Carleton University, Ottawa, 2017.

GEDDES, B. 2003. **Paradigms and sand castles: theory building and research design in comparative politics.** Ann Arbor, Michigan, University of Michigan

LARA, Bruna et al. #MeuAmigoSecreto: **Feminismo além das redes.** Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016. 254 p.

MACHADO, Jorge; RICHARD, Miskolci. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Das Jornadas de Junho À Cruzada Moral**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 949-970, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0945.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Patschiki, Lucas. **Os litores da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011).** Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: [http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternet\\_recuero.pdf](http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternet_recuero.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.

REIS, R.; ZANETTI, D.; FRIZZERA, L. A conveniência dos algoritmos. **Compólitica**, v. 10, n. 1, p. 35-58, 29 maio 2020.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, p. 1-11, out. 2003. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

RUSKOWSKI, B.; DA SILVA, C.; FERNANDES, E.; DA SILVA, M.; PEREIRA, M. Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais. **Compólitica**, v. 10, n. 2, p. 43-84, 23 set. 2020.

THOMPSON, Judith Jarvis (1971). Traduzido por Sieni Maria Campos. Uma defesa do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 145-164, abr. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/262620261\\_Uma\\_defesa\\_do\\_aborto](https://www.researchgate.net/publication/262620261_Uma_defesa_do_aborto). Acesso em: 26 nov. 2020.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods.** 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.